

FAZER-SE *MEDIA*: OPERATIVIDADE E ESTRUTURAS MEDIALÓGICAS

MANUEL BOGALHEIRO

CICANT, ECATI, UNIVERSIDADE LUSÓFONA, LISBOA,
PORTUGAL MANUEL.BOGALHEIRO@ULUSOFONA.PT

JOANA BICACRO

CICANT, ECATI, UNIVERSIDADE LUSÓFONA, LISBOA,
PORTUGAL

Entre as dificuldades constitutivas daquilo que se veio a designar como teoria dos *media*, poucas questões serão tão persistentes como aquela que pode ser formulada, de uma forma um tanto provocadora, nos seguintes termos: o que é que não é um *media*?¹ Objectos, máquinas e técnicas, infraestruturas, processos e energias, ADN, matemática e notação musical, ar, luz e marés, portas, janelas e espelhos, plantas, animais e, enfim, os próprios humanos: tudo pode, por princípio ou por contingência, assumir a vocação que Peter Sloterdijk refere como “tudo procura ser um *medium*” (2016). A estabilização lexical dos *media* enquanto canais através dos quais se transmite ou recebe informação e entretenimento não deixará, portanto, de espelhar uma redução empobrecedora da amplitude do conceito, ignorando, aliás, o perímetro expandido que animou a fundação da sua teoria. Lembremo-nos, por exemplo, da pertinência da lâmpada eléctrica nas análises de Marshall McLuhan (1968) e de como é elevada a uma espécie de *ur-medium* que, apesar de não ter conteúdo propriamente dito nem veicular mensagens, enfor-mava um novo ambiente para as condições de mediação da experiência contemporânea.

Entre a dificuldade de circunscrição ontológica e a tendência dos *media* para se vectorializarem infra-estruturalmente como condições de possibilidade da experiência, a qualidade daquilo que pode operar como *media* dificilmente poderá corresponder a uma propriedade ou a uma identidade estáveis e definidas. E, perante a indefinição, será mais prudente assumir um pressuposto mais raso: os *media* tornam-se inteligíveis, não por aquilo que são, mas pela *posição* que ocupam e por aquilo que fazem quando ocupam essa posição. Os *media* como *intermediários* que “participam decisivamente em acções, apesar de não serem aquilo que as tenha causado.” (Peters, 2022, p. 3)

Deste pressuposto podem extrair-se, pelo menos, duas implicações.

A primeira diz respeito à dificuldade do heterogéneo campo da teoria dos *media* para definir o seu objecto. A amplitude dos objectos e dos fenómenos que podem ser considerados *media* ameaça dissolver qualquer critério fixo de delimitação. Acresce a este aspecto que, se considerarmos vários ângulos disciplinares de análise, fica ainda mais exposto o quão difícil pode ser unificar o campo teórico. Vejamos como Joseph Vogl (2008) enuncia esta dificuldade:

Os media não podem ser reduzidos a meios de representação, como o cinema ou o teatro; nem a tecnologias, como a imprensa ou as telecomunicações; nem a máquinas, como o telégrafo ou o computador; nem a sistemas simbólicos, como a escrita, as imagens ou os números. Ainda assim, todas estas realidades são inequivocamente mediais. (p. 15)

A segunda implicação diz respeito àquilo que, diríamos assim, pode transformar esta aporia numa oportunidade. Liberta de amarras ontológicas, a teoria dos *media* poderá, enfim, questionar os seus próprios pressupostos assim que se concentra na abertura das múltiplas posições mediais de intermediário. Trata-se de uma abordagem elementar, mas não metafísica, uma vez que cada uma dessas posições apenas se pode tornar inteligível pela particularidade do que aí acontece e das operações que são instanciadas, mesmo que provisoriamente. Como observa Eva Horn (2008), num breve texto de posição anti-ontológica, “teorizar os *media* significa, assim, não tanto analisar um objecto dado e observável, mas envolver-se com processos, transformações e acontecimentos” (p. 8).

1 Esta formulação remete para dois textos publicados em dois números da revista *communication +1*, respectivamente, Peters, J. D. (2022). What is not a medium? *Communication +1*, 9(1). <https://doi.org/10.7275/communicationplusone.2022.013> e Chang, B. G. (2022). No thing is not a medium: Quick thoughts on the media order of things. *Communication +1*, 9(2). <https://doi.org/10.7275/9ac5-9498>

Residirá aqui uma orientação para que o campo da teoria dos *media* seja menos uma disciplina fundada sobre um domínio objectual, previamente delimitado, e possa ser, acima de tudo, um exercício de problematização. Com isto queremos referir-nos a uma abordagem que instiga processos e fenómenos emergentes em determinadas circunstâncias, nem estritamente culturais, nem estritamente técnicas, um tipo de pensamento que pode ir além dos binómios sujeito/objecto ou natureza/cultura para prestar uma atenção particular àquilo que tem um estatuto ambíguo que, pela sua instabilidade, não pode ser reconhecido a não ser por cada fazer circunstancial. Os *media* a serem pensados, apenas o poderão ser na perspectiva aplicada da sua individuação, isto é, do seu *fazer-se*.

Esta perspectiva não eliminará, apesar de tudo, a opacidade constitutiva dos *media*, a “estrutura profunda” e “an-estesian-te” (Kramer, 2015). Mas talvez permita reformular essa estrutura. Pensar os *media* a partir do seu fazer não significa que estes se tornem imediatamente transparentes, significa reconhecer que a possibilidade da sua inteligibilidade permanece inseparável das próprias condições operativas da sua emergência. É essa inseparabilidade que, desde logo, excede o regime simbólico da linguagem humana e que enfatiza a quasi-autonomia dos *media* em relação à cultura. É essa inseparabilidade que assinala que não haverá experiência directa dos *media*, ou seja, de que não haverá experiência subjectiva daquilo que os *media* serão objectivamente (Gomes Pinto, 2019). Perante este quadro, volta-se a um adágio repetido através de várias versões, mas que nestes termos parece ser radicalizado: os *media* apenas se tornam *media* através do seu uso operativo; e tudo aquilo que armazenam e medeiam é armazenado e mediado sob condições que são criadas pelos próprios *media* e que, em última instância, os constituem (Vogl, 2008, p. 16). Da escola canadiana à escola

alemã dos *media*, ainda que com diferenças importantes, sustenta-se aqui o mesmo pressuposto materialista: a recusa de uma categoria universal, abstracta e imaterial de *media*, em favor da especificidade técnica e da historicidade através das quais cada configuração medial é inscrita.²

A pergunta pelas materialidades dos *media* acabou por fazer surgir uma outra questão – aquela que tem definido o campo de estudo das chamadas *técnicas culturais* – e que se pode colocar desta forma: *que práticas e sequências operativas tiveram de ocorrer para que algo pudesse tornar-se media?* Dirigida a montante dos *media* já individuados enquanto tal, esse tornar-se *media*, enquadrado por esta questão, não designa a actualização de uma propriedade previamente dada, mas a sedimentação contingente de práticas e operações que precedem tanto os conceitos, como as formas técnicas que delas emergem. A prioridade pertence, assim, menos ao objecto – e aos conceitos que daí derivam – do que ao fazer que os torna possíveis. Vejamos a passagem fundadora de Thomas Macho (2003):

As técnicas culturais – como escrever, ler, pintar, contar ou fazer música – são sempre anteriores aos conceitos que delas emergem. As pessoas escreveram muito antes de existir qualquer conceito de escrita ou de alfabeto; passaram-se milénios antes que imagens e estátuas dessem origem ao conceito de imagem; e ainda hoje é possível cantar ou fazer música sem conhecer escalas ou sistemas de notação musical. Também o contar é anterior à própria noção de número (*apud*. Siegert, 2008, p. 29).

A dimensão da prática e da sua mediatização que aqui está em causa implica que a própria teoria não se encontra fora deste processo e que também a sua individuação se realiza

2 Refira-se, a este propósito, o projecto laboratorial e museográfico de arqueologia dos *media* que Wolfgang Ernst desenvolveu no Departamento de Medienwissenschaft da Universidade de Humboldt “Media Archaeological Fundus” (<https://www.musikundmedien.hu-berlin.de/de/medienwissenschaft/medientheorien/fundus/media-archaeological-fundus>)

na prática, de forma concreta e situada, acompanhando a individuação das relações que emergem entre os humanos e o que é constituído como o seu *meio associado* (Simondon, 1958). A teoria reencontrar o *fazer* é, por um lado, a teoria reencontrar a materialidade desses *meios associados* e, por outro, é reconhecer-se também como um dos elementos operativos que co-existe com muitos outros em vastas cadeias ou sequências de operações (Leroi-Gourhan, 1964), nas quais objectos, gestos, protocolos, práticas sociais, infra-estruturas técnicas, modelos económicos e recursos naturais se entrelaçam sem que qualquer um desses elementos possa reclamar para si uma anterioridade absoluta. Estas cadeias operativas, sem princípio nem fim, plenas de dimensões pré-individuais, precedem os próprios elementos que nelas participam e que delas resultam. Tal como os gestos de inscrição e as superfícies naturais precederam as letras e os alfabetos, ou tal como as epistemologias modernas de classificação e taxonomia, conjugadas com modelos de indexação e predição, precederam as aplicações de linguagem de larga escala e aquilo que hoje designamos, genericamente, por inteligência artificial.

Assumir a antecendência das sequências ou cadeias operativas significa reconhecer que as operações são sempre sistémicas e relacionais. Como escreveu Jean Piaget (1947), “uma operação singular não é ainda uma operação” (p. 34). Em vez de ser um efeito secundário das operações, as relações surgem como a própria condição da sua emergência ou, como refere Dieter Mersch (2017), é esta perspectiva que permite “evitar uma teoria instrumental da técnica que parte dos aparelhos e dos seus usos, em vez das relações que os constituem, pois tal antecendência só pode existir quando é a relacionalidade da sequência que constitui todos os seus elementos, e não o contrário” (Mersch, 2017, p. 235). O domínio das relações é sempre correlacional e transdutivo, ou seja, cada mediação engendra outra, numa propagação que

se alastra através das práticas, das coisas, dos corpos e dos meios. Mais uma vez, este campo relacional, inscrito na materialidade do real e animado pelo seu excesso, não poderá ser esgotado pelo domínio da cultura e do simbólico. Neste sentido, trata-se de reconhecer, como na leitura que Mark B. N. Hansen (2017) faz do pensamento de Gilbert Simondon, a propensão da técnica para fazer participar “a contingência ambiental – o ‘extra-cultural’ e, em certo sentido, o ‘extra-humano’ – nos próprios processos de individuação, sem que a alteridade dos processos técnicos seja inteiramente assimilada pelas formas estabilizadas da cultura” (p. 171).

Este aspecto não será, em todo o caso, incompatível com uma última nota que merecerá ser referida. Se toda a operação pressupõe uma determinada organização das relações que a tornam possível, não é indiferente à distribuição particular das capacidades de agir no seu interior. As formas de operatividade dos *media* permanecem inseparáveis das condições políticas da sua produção e utilização, ou seja, do que também poderíamos considerar como um operativismo político.³ Num sentido próximo daquele que Walter Benjamin (1934) atribuiu ao autor como produtor, pensar os *meios* implica igualmente pensar as possibilidades de intervir nas operações que os constituem e nas formas de vida que delas emergem. O *fazer-se media* designa também esse campo de possibilidades: o da reorganização dos meios através da qual o comum pode ser pensado e, enfim, operacionalizado.

Referências

Benjamin, W. (2006). O autor como produtor. In *A modernidade*, (Ed. & Trans. J. Barrento), (pp. 271–293). Assírio & Alvim. (Original 1943)

3 Sobre este hipótese, ver o texto recente Vogman, E., & Pasquinelli, M. (2026). Operativism: Labor, automation, agitation. *e-flux Journal*, 162. <https://www.e-flux.com/journal/162/>

- Chang, B. G. (2022). No thing is not a medium: Quick thoughts on the media order of things. *Communication +1*, 9(2). <https://doi.org/10.7275/9ac5-9498>
- Gomes Pinto, J. (2019). Propedêutica aos problemas que sobrevêm da técnica. In J. G. Pinto, L. C. Ribeiro, & J. B. de Miranda (Eds.), *Fundamento e imersão: Ensaio sobre técnica* (pp. 9–57). Orfeu Negro.
- Hansen, M. B. N. (2017). The ontology of media operations, or, Where is the technics in cultural techniques? *Zeitschrift für Medien- und Kulturforschung*, 8(2), 169–186. <https://doi.org/10.28937/1000107980>
- Horn, E. (2008). Editor's introduction: "There are no media." *Grey Room*, 29, 6–13.
- Leroi-Gourhan, A. (1964). *Le geste et la parole: Vol. 1. Technique et langage*. Albin Michel.
- Krämer, S. (2015). *Medium, messenger, transmission: An approach to media philosophy* (A. Enns, Trans.). Amsterdam University Press.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. McGraw-Hill.
- Mersch, D. (2017). A critique of operativity: Notes on a technological imperative. In M. Spöhrer & B. Ochsner (Eds.), *Applying the actor-network theory in media studies* (pp. 234–249). IGI Global.
- Peters, J. D. (2022). What is not a medium? *Communication +1*, 9(1). <https://doi.org/10.7275/communicationplussone.2022.013>
- Piaget, J. (1947). *La psychologie de l'intelligence*. Armand Colin.
- Siegert, B. (2008). Cacography or communication? Cultural techniques in German media studies (G. Winthrop-Young, Trans.). *Grey Room*, 29, 26–47.
- Simondon, G. (2012). *Du mode d'existence des objets techniques (Édition augmentée)*. Aubier. (Original 1958)
- Sloterdijk, P. (2016). *Selected exaggerations: Conversations and interviews, 1993–2012* (B. Klein, Ed.; K. Margolis, Trans.). Polity Press.
- Vogl, J. (2008). Becoming-media: Galileo's telescope. *Grey Room*, 29, 14–25.
- Vogman, E., & Pasquinelli, M. (2026). Operativism: Labor, automation, agitation. *e-flux Journal*, 162. <https://www.e-flux.com/journal/162/>